

TEXTO PARA DISCUSSÃO/Nº 235

**O Financiamento da Educação
em Período de Crise —
Pontos para Discussão**

A.C.R.Xavier

SETEMBRO DE 1991

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Brás Matos Macedo

DIRETOR TÉCNICO

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Marcos Reginaldo Panariello

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Antonio Emílio Sendim Marques

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Adelina Teixeira Baena Paiva

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Luis Fernando Tironi

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Luiz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e recolhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

Rio de Janeiro:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
 2. AJUSTE ECONÔMICO E IMPÁCTO SOCIAL
 3. BUSCA DE NOVOS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO
 4. OS ECONOMISTAS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
 5. A SOLUÇÃO: PRIVATIZAR? DESCENTRALIZAR?
- BIBLIOGRAFIA
-

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM
PERÍODO DE CRISE - PONTOS PARA DISCUSSÃO**

Antonio Carlos da Ressurreição Xavier

Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

SINOPSE

O artigo discute algumas alternativas para o financiamento da educação em período de crise. Após analisar o impacto das políticas de ajuste macroeconômico no setor educacional, ressalta que as propostas de descentralização e privatização, que têm surgido como opção de maior mobilização de recursos para a educação, carecem de suficiente suporte empírico para serem adotadas sem maiores discussões.

17 mf duale - - -

< FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO >

(06.02) 13R

1. Introdução

A década de oitenta representou, para muitos países, um período de intensas dificuldades econômicas. A repentina escassez de recursos externos e a conseqüente escalada dos juros internacionais, a elevação dos preços das matérias-primas importadas (sobretudo o petróleo), e a queda na cotação internacional dos produtos primários exportados agravaram, para a maioria dos países pobres, os desequilíbrios das contas externas, determinando a adoção de rigorosas medidas de ajuste econômico. Recessão e estagnação foram o resultado evidente da aplicação dessas medidas.

O ajuste recessivo se fez de forma ortodoxa, segundo os preceitos de agências internacionais como o FMI, visando conter a demanda interna, e gerar saldos exportáveis para transferir ao exterior. Com o objetivo de conter a demanda interna, os governos adotaram políticas econômicas restritivas, tanto na área fiscal como monetária. Na área fiscal cortaram gastos, inibiram o consumo com restrições ao crédito, e contraíram os salários. Na área monetária elevaram os juros e comprimiram o consumo e o investimento privado. No plano externo desvalorizaram o câmbio, estimulando assim as exportações, e adotaram práticas protecionistas com vistas à substituição de importações. Como registrou mais de um analista, os programas de ajustamento econômico das nações devedoras, durante a chamada *crise do endividamento externo*, voltaram-se essencialmente para a criação de excedentes exportáveis que permitissem cobrir, no mínimo, os juros da dívida externa.

2. Ajuste Econômico e Impacto Social

A conseqüência inevitável foi uma forte recessão, elevação das taxas de desemprego, queda dos salários reais, inflação crônica, piora na distribuição de renda e declínio nos gastos sociais.

As políticas ortodoxas de ajuste geram acentuados movimentos de rendas reais, penalizando os que vivem do trabalho. Os impactos do ajuste atuam sobre as condições sociais já precárias em países pobres e perduram por vários anos, acarretando efeitos perversos marcantes nas populações mais

vulneráveis. Num quadro recessivo e inflacionário, acompanhado no mais das vezes por uma desorganização profunda das finanças públicas, torna-se praticamente impossível uma gestão financeira que priorize os gastos voltados para o atendimento dos grupos de população de menores níveis de renda e de condições de educação, saúde e nutrição precárias.

Num contexto tão pouco favorável, como viabilizar os programas sociais?

Esta pergunta, cuja resposta está longe de ser unânime, tem sido formulada insistentemente por número cada vez maior de especialistas, e essa preocupação vem sendo acompanhada de uma literatura crescente sobre a política social em períodos de crise. Um aspecto desse debate está centrado nas medidas que poderiam ser tomadas pelos governos para aumentar a quantidade de recursos disponíveis para a área social. No que segue, serão discutidos alguns dos pontos desse debate, voltados para o setor educacional.

3. Em Busca de Novos Recursos para a Educação

A discussão a respeito da insuficiência de recursos para a educação não é nova. Os progressos experimentados pelo setor educacional nas últimas décadas, sobretudo do ponto de vista do aumento de efetivos, vêm exigindo recursos crescentes para o atendimento das novas necessidades. Todavia, o atingimento dos objetivos educacionais, quer do ponto de vista quantitativo, como qualitativo, requer a tomada de medidas custosas, que oneram ainda mais o sempre insuficiente orçamento destinado ao setor. Num período recessivo a situação é naturalmente mais grave, e a necessidade de se contar com recursos adicionais, mais premente. Essa gravidade foi claramente percebida não só por governantes como por várias agências internacionais.

Em diversos encontros internacionais promovidos pelo Banco Mundial e pelo PNUD — Amman, 1986; Itaipava, 1987; Iguazu, 1988 —, a questão do financiamento da educação em períodos de crise foi o principal objeto de discussão. A possibilidade de se mobilizarem recursos adicionais por intermédio de instituições educacionais privadas, e não

somente pelas instituições públicas, constituiu, por seu lado, ponto importante dos debates.

No seminário realizado em Amman, várias opções de mobilização de recursos foram apontadas. No caso das instituições governamentais, aventou-se a hipótese de que poder-se-ia mobilizar maior quantidade de recursos:

- a) pelo estabelecimento de taxas sobre as empresas privadas, de modo a permitir o financiamento de programas de treinamento;
- b) pela criação de novas taxas, incidindo sobre outros setores ou grupos da economia, vinculadas a prestação de serviços educacionais; e
- c) por pagamentos efetuados diretamente pelos usuários desses serviços ou pela abolição parcial da gratuidade, adotando-se algum tipo de crédito educativo.

No caso das instituições privadas, considerou-se a possibilidade de uma participação mais ativa das escolas privadas na provisão da educação, mediante subsídios, diretos ou indiretos, a elas concedidos. Salientou-se, também, a atuação restrita das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, enquanto provedoras de serviços educacionais, e a adoção de esquemas de recuperação de custos do ensino por meio da participação da comunidade ou da utilização de esquemas geradores de renda (Haddad e Demsky, 1987).

Com pequenas variações, as sugestões e conclusões de Amman são igualmente pertinentes para países de outras regiões.

4. Os Economistas e o Financiamento da Educação

Se é antigo o interesse dos economistas pelo tema do financiamento da educação, o mesmo não se pode dizer quanto à atenção que dedicaram à contribuição do setor privado para o setor. Recentemente essa atenção vem-se intensificando e, ao lado dos estudos já existentes para países desenvolvidos (Noah e Shermann, 1979; James e Levin, 1983), um número crescente de pesquisas vem sendo efetuadas para os países em desenvolvimento,

patrocinadas, no mais das vezes, pelo Banco Mundial.

Há fortes restrições à capacidade que os governos têm de mobilizar recursos em quantidade suficiente para as áreas sociais e, portanto, para o setor educacional (Jimenez e Tan, 1987). Uma mudança em direção a um sistema descentralizado de gerência e financiamento da educação, com uma maior contribuição da comunidade e/ou indivíduos, teria por efeito um aumento não apenas dos recursos como também da eficiência interna do setor. Este argumento, se encontra justificativa teórica, não tem sido suficientemente explorado do ponto de vista empírico. Analisando a experiência do Paquistão nas duas últimas décadas, Jimenez e Tan concluem que o relaxamento de proibições à atividade das escolas privadas conduziu a um *dramático* incremento das matrículas, e que há indícios preliminares de que aumentou a qualidade média do ensino. Entretanto, reconhecem ser muito cedo para se saber se os efeitos sobre a equidade e a eficiência interna foram acentuados.

Numa perspectiva ligeiramente diferente de análise situa-se o estudo de Jimenez, Paqueo e Vera (1988a) para as Filipinas. Aqui a preocupação consiste em saber se a origem dos fundos é determinante no quanto custam as escolas, investigando-se a relação entre a eficiência das escolas públicas e o grau de dependência de fundos locais. A hipótese que se procura testar é a de que aquelas escolas que dependem mais fortemente de fontes de financiamento local são mais eficientes, isto é, têm um custo menor, controlando-se os dados pelo tamanho e pela qualidade. Concluem, no que consideram a primeira indicação empírica do fato, que a hipótese é verdadeira.

Em outro estudo, Jimenez, Lockheed e Wattanawaha (1988) analisam, para a Tailândia, a eficiência relativa das escolas públicas e privadas, tomando-se por critério o desempenho dos alunos dessas escolas em testes de Matemática, procurando controlar os fatores extra-escolares. A principal conclusão é a de que, na média, as escolas privadas são mais efetivas e têm menor custo do que as escolas públicas no que diz respeito à melhoria do desempenho escolar em Matemática.

Reconhecem, entretanto, que esses resultados devem ser comprovados por outros testes antes de serem tomados como base de recomendações de política educacional.

Estudo semelhante foi realizado para as Filipinas. Jimenez, Paqueo e Vera (1988b) tentam investigar se as escolas privadas secundárias nesse país são significativamente mais efetivas do que as públicas, no ensino de Pilipino, de Inglês e de Matemática. Investigam também se os alunos do secundário das escolas privadas custam menos do que os da escola pública. Os primeiros resultados apontaram que os alunos das escolas privadas têm um desempenho melhor em Matemática e Inglês, o qual, porém, mostrou-se sensivelmente inferior ao dos alunos das escolas públicas em Pilipino. Quando se controlou o efeito das características extra-escolares no desempenho dos alunos, corrigindo-se, portanto, o viés amostral, os resultados indicaram que havia uma nítida vantagem das escolas privadas com relação às públicas, em Inglês e Pilipino, e uma ligeira diferença em favor destas últimas, em Matemática. O custo aluno das escolas públicas foi quase duas vezes mais alto do que o das privadas. Em seu conjunto, os resultados sugerem fortemente que as escolas privadas constituem uma alternativa eficiente de provisão de educação secundária nas Filipinas. Para os autores, as evidências mostram-se consistentes com a hipótese de que um gerenciamento descentralizado com maior responsabilidade, que é, segundo eles, característico das escolas privadas, constitui um fator importante para uma maior eficiência interna do setor educacional.

5. A Solução: privatizar? descentralizar?

A idéia de que a crise "poderia ser enfrentada com corretivos de caráter cíclico da economia convencional" (Lagos, 1986) revelou-se infundada, e o ajuste macroeconômico agravou as condições sociais dos países em desenvolvimento. O setor educacional não escapou, evidentemente, a esses efeitos, e uma série de medidas começou a ser pensada como meio de mobilizar mais recursos para atender as necessidades crescentes. Inúmeras sugestões foram aventadas e grande ênfase tem se colocado no papel que uma maior participação do ensino privado e uma descentralização mais

efetiva poderiam ter na gestão e no financiamento da educação. Sem pretender ser exaustivo, e à luz dos estudos que vêm sendo realizados, torna-se importante, para maior reflexão e debate, uma discussão sobre o que tem sido proposto.

Em primeiro lugar, a proposta de uma maior descentralização da gerência da educação. Trata-se de um tema controvertido, visto que afeta, de modo imediato, a própria forma de existir do Estado.

O argumento subjacente a uma maior descentralização reside na crença de que assim procedendo se teria uma também maior participação política e uma maior eficiência na alocação dos recursos disponíveis. Isto porque o nível de decisão estaria mais próximo dos usuários, então detentores de todo o interesse e condições de exercer um controle mais estrito sobre a destinação dos recursos. A descentralização se daria quer por um maior fortalecimento do poder público local, transferindo-se parcelas variadas de responsabilidades na formulação e implementação de políticas, quer por um retraimento do Estado, que repassaria à comunidade uma responsabilidade maior no encaminhamento de soluções para os problemas que a ela dizem respeito (Lobo e Afonso, 1987). Assim, a excessiva centralização dos recursos e das decisões sobre sua utilização, contrariando uma maior participação das instâncias administrativas inferiores na gestão dos programas sociais, é considerada, por muitos analistas, como um dos principais pontos de estrangulamento a uma eficiente gerência desses programas.

Entretanto, na ausência de recomendações concretas e factíveis para que efetivamente possa ocorrer uma maior participação coletiva na definição das prioridades sociais, e educacionais em particular, os pleitos de maior descentralização correm o risco de se tomarem mero anseio de mudança face a uma situação que vem se revelando inadequada ao longo do tempo. Qualquer iniciativa nesse sentido deve passar, necessariamente, por mecanismos que permitam ampla representatividade política às decisões a serem tomadas, o que, naturalmente, está longe de ser uma tarefa simples e fácil. Ademais, se é grande o debate

que ora se estabelece sobre propostas de descentralização, as experiências com que se contam são localizadas, e não há garantia nenhuma que possam ser generalizadas.

Há igualmente uma outra questão a ser considerada: a descentralização parece facilitar uma maior participação, mas não garante, *ipso facto*, que isso venha a ocorrer e que, em ocorrendo, seja benéfica aos interesses dos grupos mais vulneráveis, que são, no geral, os mais desprotegidos. Não é desprovido de fundamento o temor de que uma descentralização possa vir acompanhada, pelo menos inicialmente, por uma maior iniquidade na distribuição dos benefícios dos programas educacionais mantidos pelo poder central, devido à pouca capacidade de mobilização política dos grupos mais desfavorecidos da população. Além disso, sob outra perspectiva, a descentralização dos recursos e do poder poderá exacerbar as desigualdades regionais, novamente às expensas das populações mais vulneráveis (Plank, 1988).

Tais considerações parecem indicar que, embora a descentralização seja uma recomendação presente nos diversos debates que se travam sobre uma maior eficiência dos programas educacionais, os obstáculos à sua concretização não são simples de serem transpostos.

Entretanto, há razoável consenso quanto à questão da ineficiência provocada pela excessiva centralização administrativa e financeira. Para essa ineficiência contribuem a incapacidade relativa que vêm demonstrando os governos em implementar, acompanhar e avaliar projetos locais, num emaranhado de dificuldades que vão do peso da máquina estatal à ausência de critérios técnicos de transferência de recursos, em função da interferência política. (Plank e Pelczar, 1988). Portanto, uma maior descentralização e participação vêm sendo consideradas como imprescindíveis para a obtenção de um maior controle e eficiência do gasto público. Porém, descentralizar implica considerar também possíveis reformas financeiras, pois descentralizar apenas a administração dos serviços não é suficiente. Trata-se, principalmente, de descentralizar o poder decisório, o que requer reforço da autonomia

política dos governos locais, e confirmação dessa autonomia pela atribuição às instâncias administrativas locais de recursos financeiros compatíveis com a redefinição política das atribuições governamentais (Rezende, 1987).

Desse modo, é necessário cautela na aceitação de propostas de descentralização que defendem recomendações ingênuas de política educacional, sem levar em conta a viabilidade dessas políticas. Reduzir a intervenção do Estado pode constituir-se num mero reforço a posições conservadoras, quando não se vislumbram os meios de estimular a criação ou o fortalecimento de associações comunitárias capazes de exercer um controle efetivo sobre as autoridades públicas. São também ingênuas as propostas de políticas educacionais que desconsideram o entrelaçamento das políticas setoriais à política macroeconômica governamental, num contexto, já mencionado, de subordinação a interesses internacionais.

Outro ponto de debate, também controverso, é o que diz respeito à privatização do ensino como meio de assegurar uma maior eficiência na alocação dos recursos destinados à educação.

A análise das pesquisas efetuadas por economistas demonstra, como os próprios autores fizeram questão de assinalar, que os resultados são parciais, quando não precários, estando, portanto, sujeitos a muitas críticas acerca de sua interpretação, metodologia e dados empregados. Como reconhece James (1987), ao analisar a divisão de responsabilidades entre o setor público e privado na provisão da educação em vários países de diferentes níveis de desenvolvimento, na maioria daqueles em desenvolvimento, a educação privada existe porque as escolas governamentais são insuficientes para atender toda a demanda por vagas. Nos países desenvolvidos, entretanto, a existência das escolas particulares reflete a demanda das pessoas por alternativas à educação pública. Isto bastaria para que proposições apressadas sobre a privatização do ensino fossem encaradas com mais cautela.

Há, todavia, argumentos de maior peso.

É impossível pensar numa sociedade democrática sem democratização do ensino. Para que isso seja assegurado, é necessário

reconhecer que a educação é um direito de todo cidadão, e, também, que todos devem ter a mesma oportunidade de freqüentar os estabelecimentos em que a educação se processa. Ora, para a maioria dos países, tal direito somente pode ocorrer por intermédio da escola pública e gratuita, o que não impede que a iniciativa privada atue no setor.

É próprio de nações democráticas garantir a liberdade de ensino, assegurando à iniciativa privada uma participação no setor. Isto, entretanto, não significa soberania da iniciativa privada, que deve obedecer à legislação e normas em vigor, emanadas das autoridades competentes. Uma vez preenchido este requisito, deve ser possível igualmente ao cidadão poder optar entre a escola pública e a particular.

O setor privado na educação parece estar correlacionado à existência de uma demanda diferenciada, com a escola particular atendendo a grupos da sociedade em que há considerável heterogeneidade cultural, religiosa e lingüística (James, 1987). Um outro fator diz respeito ao atendimento, por parte das escolas particulares, de pessoas interessadas em uma eventual maior qualidade do ensino com relação às escolas públicas, ou a uma possível insuficiência de vagas nestas escolas. Mas, se a educação é um direito de todo cidadão, cabe ao Estado prover os meios para que isso ocorra, tornando-a gratuita e de qualidade. Somente aqueles que desejam uma educação ideologicamente diferenciada, e ainda assim nos limites previstos pela legislação, recorreriam às instituições particulares. Nessa linha de raciocínio, torna-se sem fundamento a destinação de verbas públicas às instituições particulares, devendo estas buscar seus recursos junto a fontes privadas, e competindo ao Estado assegurar as verbas para uma adequada manutenção e desenvolvimento da educação (Velloso, 1986). Daí, portanto, que qualquer forma de subvenção às escolas particulares só deva ocorrer em ocasiões em que o Estado não se vê em condições de prover diretamente a prestação de serviços educacionais aos cidadãos.

Para que esse princípio geral seja factível, e para que a gratuidade generalizada não reforce, ao invés de reduzir, as desigualdades

sócio-econômicas, é necessário que sejam buscados os mecanismos de tornar mais eficiente a aplicação dos recursos públicos em educação, e que a gratuidade dita passiva seja substituída pela ativa. A gratuidade ativa deveria, idealmente, ser concebida de modo a corrigir desigualdades a partir do fato gerador, ou seja, deveria ser obtida a partir da implantação de um imposto único sobre o patrimônio e a renda dos indivíduos e empresas, além de servir indistintamente aos alunos carentes de rede pública e privada (Melchior, Souza e Velloso, 1988).

Dessa forma, novamente para o caso da privatização do ensino, como para o da descentralização, recomendações apressadas de política educacional com base em resultados extremamente pontuais de pesquisas refletem, sob a aparência da busca de eficiência para o setor educacional, muito mais um enfoque liberalizador-privatizante -- o qual supõe que um conjunto de indicadores de mercado seja suficiente para induzir uma seleção adequada de atividades dinâmicas --, do que uma investigação profunda das condições objetivas sob as quais os processos sociais se verificam.

Ao que tudo indica, uma linha mais proveitosa de investigação deveria situar-se não em tentar provar que a centralização e o que é público são irremediavelmente menos eficientes do que a descentralização e o que é privado, mas sim que pode haver vantagens, dentro de dadas circunstâncias, em descentralizar e talvez privatizar serviços que são atualmente prestados pelo Estado com um controle centralizado. Uma análise dessas circunstâncias permitiria que medidas realistas pudessem ser discutidas em termos de política educacional, e impediria que recomendações genéricas, com base em resultados pontuais, tivessem foros de verdade absoluta para todos os países e para todas as situações. Este é, talvez, um dos maiores defeitos dos estudos realizados no âmbito da chamada Economia da Educação.

Se é verdade que o sistema educacional tem tendência a reproduzir o sistema sócio-político do qual ele faz parte (Levin, 1980), parece pouco provável que certas propostas de melhoria desse sistema sejam tão somente técnicas, baseadas em evidências empíricas incontestáveis. As críticas endereçadas às

propostas ingênuas de planejamento educacional encontram assim sua justificativa, pois "criticar a planificação da educação, falar de suas forças e suas fraquezas, especular sobre o seu futuro e suas perspectivas, consiste, em última análise, em formular hipóteses sobre as relações complexas que

mantêm entre si os procedimentos técnicos e a política" (Hallak, 1980). Desconsiderar essas relações ou vê-las apenas sob um ângulo técnico-racional é, no mínimo, um ato de temeridade.

BIBLIOGRAFIA

- HADDAD, W. D e DESMKY, T., Planning and Mobilization of Financial Resources for Education in Middle East. Washington D.C. The World Bank. Education and Training Department, 1987.
- HALLAK, J., L' Emploi, le Monde du Travail et les Nouvelles Perspectives pour la Planification de l'Education. Planification de L'Education et Changement Social, Paris Education and Unesco /IIPE., 1980.
- JAMES, E., The Political Economy of Private Education in Developed and Developing Countries. Washington, D.C. The World Bank. Education and Training Department, 1987.
- JAMES, T. e LEVIN, H. M., eds. 1983. Public Dollars for Private Shools. The Case for Tuition Tax Credits. Philadelphia: Temple University Press, 1980.
- JIMENEZ, E., LOCKEED e M., WATTANAWAHA, N., The Relative Efficiency of Private and Public Schools: The Case of Thailand. The World Bank Economic Review, v.2, n.2, pp. 139-164, May 1988.
- JIMENEZ, E., PAQUEO, V. e VERA, M. L., Does Local Financing Make Primary Schools More Efficient? Washington D.C.: The World Bank, 1988.
- JIMENEZ, E., PAQUEO, V. e VERA, M. L., Student Performance and School Costs in the Philippines High Schools. Washington, D.C.: The World Bank. Population and Human Resources Department, 1988.
- JIMANEZ, E. e TAN, P. T., Descentralized and Private Education: The Case of Pakistan. Washington, D.C.: The World Bank. Education and Training Department, 1987.
- LAGOS, R. Effectos Sociales de la Crisis Económica. Santiago: CEPAL, 1986.
- LEVIN, H. M., Les limites de la planification de l'education. Planification de l'Education et Changement Social, Paris: Unesco/IIPE, 1980.
- LOBO, T. e AFONSO, J., Estudos para a reforma tributária: Federalismo Fiscal. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, (Texto para Discussão Interna, No. 108) 1987.
- MELCHIOR, J.C. A., SOUZA, A. M. e VELLOSO, J., O Financiamento da Educação no Brasil e o Ensino de 1o. Grau. Brasília: SEB/MEC, 1988.
- NOAH, H. J. e SHERMAN, J., Educational Financing and Policy Goals for Primary Schools. Paris: OECD, 1979.
- PLANK, D. N., Issues in Brazilian School Finance. New Orleans, march 1988. Paper presented to the Annual Meeting of the Latin America Studies Association.
- PLANK, D. N. e PELCZAR, R., Democratic Politics. Constitutional Reform and Basic Education in Contemporary Brazil. Atlanta, march 1988. Paper presented to the Annual Meeting of the Comparative and Internacional Education Society.
- SILVA, F. A. R., A Política Social e a Crise Económica. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, (Texto para Discussão Interna, No. 111) 1987.
- VELLOSO, J., Educação e Constituinte: Quatro Questões do Financiamento do Ensino. Em aberto No. 9, pp. 41-52, abr./jun. 1986.
-

